CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

P A R E C E R N° 615/71

Aprovado em 27/12/1971

"Em face da promulgação da Lei federal n° 5.692, de 11 de agosto de 1971, e do que consta do processo CEE n° 186/62, apensos, impõe-se a revogação da Deliberação CEE n° 1/70".

PROCESSO CEE- N° 186/67.

INTERESSADO - CÂMARAS REUNIDAS DO ENSINO PRIMÁRIO E MÉDIO.

ASSUNTO - Normas para provimento, a qualquer título, dos cargos e funções de Inspetor de Ensino, das Inspetorias Regionais do Ensino de Grau Médio.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E NORMAS.

RELATOR - Conselheiro JAIR DE MORAES NEVES.

Houve por bem V. Ex.^a, solicitar o meu pronunciamento a respeito do assunto versado neste protocolado, normas para o provimento dos cargos de Inspetor do Ensino Médio.

Entendo que a Deliberação CEE n° 1/70, tanto quanto a Resolução CEE - n° 11/68, já revogada, não pode prevalecer, tendo em vista o disposto no Artigo 97, da atual Constituição Federal.

Convém acrescentar, como bem lembra a Procuradoria Geral do Estado, à fls. 200, que "cabe à lei ordinária estabelecer os pressupostos para o provimento de cargos públicos, observando os princípios da igualdade de todos perante a lei e da igual acessibilidade aos respectivos cargos".

"Esses pressupostos, contudo, devem ser estabelecidos em lei, pois, se, se deixar à regulamentação algo que devera

constar da lei, estaremos diante da figura da delegação legislativa, vedada, expressamente, no artigo 6, Parágrafo Único da Constituição do Brasil".

Assim, não se pode entender como competência delegada à atribuição ao Conselho estadual de educação, contida no item XVII, artigo 2º da lei 10.403, de 06/07/71.

Releva notar, ainda, que, com a promulgação da Lei 5.692, de 11/08/71, fixando as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, o assunto merece ser reexaminado, mesmo porque, não será possível, na vigência desta Lei, o provimento de cargos de "Inspetor de ensino Médio". Além disso, a Deliberação-CEE- 01/70 fundamentou-se no artigo 65 da LDB, agora expressamente revogado.

Salvo melhor juízo, entendo que a oportunidade para esse reexame deverá surgir quando o Egrégio Conselho estadual de Educação elaborar o estatuto da carreira do magistério de 1º e 2º graus, conforme dispõe o artigo 36, da referida Lei 5.692/71.

À vista do exposto, parece-me que é de se propor ao Conselho Pleno a revogação da Deliberação - CEE- 01/70.

Este é nosso parecer.

Sala das Sessões da Comissão de Legislação e Normas,
em 20 de setembro de 1971.

aa) Conselheiro MOACYR EXPEDITO VAZ GUIMARÃES - Presidente
Conselheiro JAIR DE MORAES NEVES Relator
Conselheiro OSWALDO A. BANDEIRA DE MELLO
Conselheiro PAULO GOMES ROMEO.

PROJETO DE DELIBERAÇÃO

CLN n. 1/71

Revoga a Deliberação - CEE -n° 1/70.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Artigo 2º, item I, da Lei estadual n. 10.403, de 6 de julho de 1971, tendo em vista o Parecer da Comissão de Legislação e Normas, aprovado na sessão plenária do Conselho Estadual de Educação, realizada em ___ de ___ de 1971,

D e l i b e r a :

Artigo 1º - Fica revogada a Deliberação CEE - n. 1/70.

Artigo 2º - Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua homologação.

Sala das sessões da Comissão de Legislação e Normas,
em 20 de setembro de 1971.

a) Conselheiro Moacyr Expedito M. Vaz Guimarães-Presidente

Conselheiro Jair de Moraes Neves - Autor

Conselheiro Oswaldo Aranha Bandeira de Mello

Conselheiro Paulo Gomes Romeo

DECLARAÇÃO DE VOTO

Conselheiro ALPÍNOLO LOPES CASALI ao Parecer n° 615/71

A Resolução CEE - n° 11/68 alicerçou-se em interpretação da lei, posteriormente substituída por outra sustentada pela Procuradoria Jurídica do Estado.

A Deliberação CEE - n° 1/70, que revogou a anterior, cujo projeto, nas Câmaras Reunidas do Ensino Primário e Médio, é de 26 de janeiro de 1970, fundamentou-se no artigo 30 da Lei n° 5.540, de 1968.

Sala Carlos Pasquale, aos 27 de dezembro de 1971.

as) - Conselheiro ALPÍNOLO LOPES CASALI